

Assis, 08 de Setembro de 2014.

**CONFERE COM
O ORIGINAL**

Ofício COMDEMA 33/14

Ref.: Envio de Ata da 7.^a Reunião do COMDEMA do ano 2014.

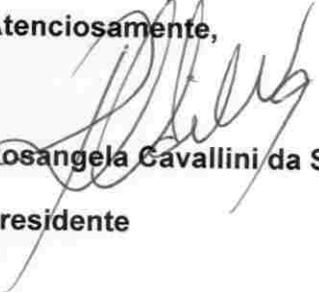
Exmo. Sr. Paulo Mattioli Junior
Presidente da Câmara Municipal de Assis

Senhor Presidente

Cumprimentando-o cordialmente, estamos encaminhando a Ata do dia 15 de Julho de 2014, já aprovada pelo plenário no dia 19 de Agosto de 2014-**COMDEMA/ASSIS.**

Nessa oportunidade levamos o conteúdo do documento ao conhecimento de V.Sa, para atender a Lei n.º 5798 de 11 de Outubro de 2013.

Atenciosamente,



Rosângela Cavallini da Silva

Presidente

PROT. 004418 CAMARA M. ASSIS 12/09/2014 14:58 R/SJW

1 No dia quinze de julho de dois mil e quatorze, às quatorze horas e quatorze minutos no
2 auditório da Secretaria Municipal da Saúde sito à Rua Candido Mota nº48, havendo quórum,
3 realizou-se a sétima reunião ordinária do ano de dois mil e quatorze do COMDEMA - ASSIS,
4 com a presença dos seguintes conselheiros: a presidente Rosângela Cavallini da Silva (ROTARY
5 CLUBE ASSIS FRATERNAL), que presidiu a reunião e os demais membros: Cledir Mendes Soares
6 (SEC. DA AGRICULTURA), Andréia Lúcia Cabelo Miras (SEC. DA AGRICULTURA), Bruno Moraes da Mota
7 (SMMA), Fernando Silva de Paula (SMMA), José Ronaldo Piotto (SABESP), José Carlos Molina Max
8 (COMDURB), Clodoaldo de Almeida (ONG. SP. FLORESTA), José Carlos da Silveira (SINTAEMA), Marcelo
9 Fábio Molitor Carpentieri (SEMPLOS), Antônio Carlos Galvão Melo (INSTITUTO FLORESTAL),
10 Fabiano Fontolan (ESCRITORIO DEFESA AGROPECUARIA), João Haddad Neto (SINDICATO RURAL), Ricardo
11 Augusto Spinardi Bueno (UNOPAR), Vilma Rodrigues Cipriano Soares (COOCASSIS), Ramon
12 Juliano Rodrigues (UNESP), Antônio Carlos Leite (SEC. MUN. DA SAÚDE), José Henrique Ciciliato (SEC.
13 MUN. DA SAÚDE), Nelma Viviane de Souza Silva (SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO), Geraldo Antônio
14 Miranda (EDEVV), Ricardo Augusto D. Kanthack (APTA), Jose André dos Santos (ASSOC. MORADORES
15 DA VL. RODRIGUES, STA RITA E EBENEZER), Bruna Anastácio Américo dos Reis (ASSOCIAÇÃO EU PLANTO ONG)
16 e o convidado Bruno Spinardi. **1. Abertura da Reunião:** 1.1 Verificação de quórum:
17 Havendo quórum deu-se início à reunião. 1.2. Leitura, Apreciação e Aprovação por
18 unanimidade da ata da sexta reunião ordinária. Porém, o conselheiro José André informou que
19 o ano que consta na linha está incorreto devendo passar de 2017 para 2014. **2. Pequeno**
20 **Expediente:** 2.1. Justificativas de Ausências dos conselheiros: Paulo Cesar Alexandrelli
21 (DAEE), Solange Bongiovanni (ASSOC. ENG. ARQ. AGRO), Fernando Gomes da Silva (POLICIA CIVIL),
22 Jesualdo Eduardo de Almeida Junior (ROTARY CLUBE ASSIS NORTE) e José Reynaldo Bastos da Silva
23 (UNIP). 2.2 Correspondências Recebidas: 2.2.1- Ofc. SMS/GAB. Nº 0380/2014 de 04 de Julho
24 de 2014- Faz indicação de representantes da Secretaria Municipal da Saúde de Assis para
25 comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente-COMDEMA- Titular:- Antônio Carlos
26 Leite em substituição a José Henrique Ciciliato e o Suplente:- Jose Henrique Ciciliato em
27 substituição a Osvaldo Ferreira da Silva. 2.2.2- Ofc. n.º 1636/14- AL- Convite para
28 comparecer em Sessão Ordinária desta Casa de Leis, no dia 14 de Julho, para prestar
29 esclarecimentos com relação ao Projeto Complementar n.º 05/2014 do Poder Executivo que
30 “dispõe sobre a Alteração do Perímetro Urbano do Município de Assis”. 2.2.3- Ofc. n.º
31 104/2014DA- Encaminha Projeto de Lei Complementar n.º 05/2014-Em que o Executivo
32 Municipal dispõe sobre alteração do perímetro urbano do Município de Assis, acompanhado
33 da respectiva exposição de motivos. - Referente à solicitação formalizada pela Empresa
34 Construir Loteadora, a qual solicitou a inserção da área no perímetro urbano, situada na
35 Fazenda ou Cervinho- Água da Fortuninha, denominada “Retiro Três Marias”, conforme
36 matrícula de origem n.º 28.290. 2.3 Correspondências Encaminhadas: 2.3.1-Ofc.
37 COMDEMA-N.º 20/14- Encaminha Deliberação 02/2014, que aprova a proposta de inclusão
38 de área no perímetro urbano, conforme solicitação de exame e deliberação constante do
39 Ofício DA 123/2014 ao Prefeito Municipal de Assis- Ricardo Pinheiro Santana. 2.3.2-Ofc.
40 COMDEMA- N.º 21/14- Envio de Ata da 5.ª Reunião do Comdema do ano de 2014 - Câmara
41 2.3.3- Ofc. COMDEMA- N.º 22/14- Envio de Ata da 5.ª Reunião do Comdema do ano de
42 2014 – Prefeito Municipal de Assis. 2.3.4- Envio de E-mail informando os representantes da
43 Polícia Civil Dr. Fernando Gomes da Silva e Sidney Antônio Carli as datas das reuniões do
44 COMDEMA até dezembro/2014. 2.3.5- Declarações junto a Comissão Permanente de Regime
45 Integral (CPRTI) que os pesquisadores científicos Sergio Dona e Marcia Marise Cação
46 Rodrigues da APTA representantes pelo CdVale, são membros e participam desde março de
47 2013 no COMDEMA-ASSIS. **3. Grande Expediente:** 3.1 Comunicação livre dos
48 conselheiros: A Srª Presidente perguntou quem haveria o interesse pela comunicação livre e
49 inscreveram-se os seguintes conselheiros: Ricardo Augusto Spinardi Bueno, José Carlos
50 Molina Max, José Ronaldo Piotto e José André dos Santos. O conselheiro Ricardo Augusto

A [assinatura]

CONFRE COM ORIGINAL

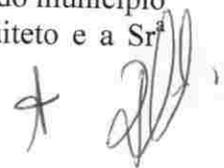
51 Spinardi Bueno cobrou o Plano Municipal de Resíduos Sólidos e a Sr^a Presidente questionou
52 o conselheiro Cledir Mendes Soares a respeito. O mesmo informou que recentemente um
53 engenheiro ambiental foi contratado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente para
54 finalizar o documento. A conselheira Vilma Rodrigues Cipriano Soares lembrou a todos que o
55 prazo para recebimento de recursos para o Plano finda-se no mês de agosto e caso o Plano não
56 seja finalizado e aprovado não haverá tempo hábil para o recebimento de tais recursos. O
57 conselheiro José Carlos Molina Max solicitou que seja cobrado junto a Prefeitura Municipal
58 resposta à carta COMDEMA, que solicita informações sobre a área de manancial a que se
59 refere o Decreto Municipal 5.894 de 05/10/2010. Lembra que na carta é solicitado que a
60 municipalidade se manifeste sobre se já foi realizado o cadastro de ocupação e o mapeamento
61 daquela área. Ressalta que esses documentos são importantes, pois atualmente o município
62 conta com diversas propostas de ocupação do solo, principalmente loteamentos, e o
63 conhecimento da área de manancial é de fundamental importância para a análise desses
64 projetos. O conselheiro José Ronaldo Piotto questionou o conselheiro Antônio Carlos Galvão
65 Melo a respeito de assuntos que têm sido discutidos na Câmara Municipal sendo a reabertura
66 da área de lazer da Floresta Estadual de Assis, bem como a zona de amortecimento. Melo
67 esclareceu que os pesquisadores do Instituto Florestal foram procurados pela Prefeitura e pela
68 Câmara para o agendamento de uma reunião que ocorreu na última sexta-feira estando
69 presentes o Prefeito Municipal e 5 vereadores. O assunto inicial foi à reabertura da área de
70 lazer da Floresta Estadual quando então foram colocadas as condições necessárias para tal,
71 que não são poucas, haja vista a necessidade primordial da segurança no local. Há alguns anos
72 atrás a Prefeitura cancelou o convênio com o Instituto Florestal e assim retirou os
73 funcionários que prestavam serviço na unidade. Desta forma houve um desfalque na prestação
74 de serviços e hoje na área de lazer ainda há o trabalho de Educação Ambiental através de
75 visitas agendadas e monitoradas, porém, é proibido utilizar o lago como lazer. A respeito da
76 zona de amortecimento Antônio Carlos Galvão Melo informou que os vereadores e o prefeito
77 queriam saber do que se tratava e desta forma receberam todas as informações a respeito de
78 criação, objetivos, regras, enfatizando ainda o que o Instituto Florestal tem feito para
79 beneficiar a área. O conselheiro Ricardo Auguto D. Kanthack perguntou o motivo pelo qual
80 Piotto questionou Melo e a justificativa para tal questionamento, de acordo com José Ronaldo
81 Piotto, foi à preocupação com a questão das águas, já que o manancial de abastecimento do
82 município encontra-se na zona de amortecimento. José Ronaldo Piotto ainda questionou Melo
83 se a zona de amortecimento pode ser alterada e Antônio Carlos Galvão Melo respondeu que
84 sim. Desde que seguidos os procedimentos legais que envolvem a participação da sociedade e
85 a aprovação pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente- CONSEMA. O conselheiro Antônio
86 Carlos Galvão Melo ainda citou que inicialmente os vereadores tinham a idéia de que com as
87 restrições da zona de amortecimento o Instituto Florestal acabou limitando o crescimento do
88 município. O conselheiro Ramon Juliano Rodrigues perguntou se o limite da zona de
89 amortecimento é 10 ou 3km. Melo respondeu que de acordo com uma Resolução do
90 CONAMA é 10, mas o plano de manejo é soberano contemplando 3km. Melo citou ainda que
91 atualmente as atividades que ocorrem na Floresta Estadual e Estação Ecológica de Assis são a
92 pesquisa e Educação Ambiental monitorada. O conselheiro Ramon Juliano Rodrigues
93 perguntou se seria possível elaborar uma cartilha definindo diretrizes para a zona de
94 amortecimento no que diz respeito às futuras e possíveis instalações tais como loteamentos,
95 fábricas, barracões, entre outros. Antônio Carlos Galvão Melo respondeu que loteamentos na
96 zona de amortecimento não são permitidos por lei e que para outras atividades pode-se ter
97 alguns critérios citando como exemplo a instalação de uma usina de asfalto exigindo-se para
98 isso uma cortina verde. Ramon Juliano Rodrigues sugeriu que seja feita uma explanação a
99 respeito do assunto no COMDEMA para que tudo fique esclarecido. O conselheiro José
100 Carlos da Silveira perguntou se há probabilidade do veneno que é utilizada na cana atingir o

* [Handwritten signature]

101 lençol freático e a maioria respondeu que sim. Ramon Juliano Rodrigues citou que na
102 dispersão aérea o veneno lançado num determinado local pode ser dispersado por até 5km de
103 distância. O conselheiro Antônio Carlos Galvão Melo informou que o Plano de Manejo foi
104 elaborado com a participação de produtores que hoje reclamam que não pode fazer nada nas
105 suas propriedades. E ainda que ninguém se interessa pelo que o Instituto Florestal faz para
106 beneficiar a comunidade. O conselheiro informou que o Instituto Florestal está abrindo mão
107 da receita advinda dos pinus- cerca de R\$ 610 mil/ano, já que estes têm sido eliminados e não
108 replantados, pois assim o cerrado se regenera e este tipo de vegetação exige menos água para
109 o seu desenvolvimento. A seguir o conselheiro José Carlos Molina Max lembrou que a área
110 de manancial a qual ele cobra uma posição da Prefeitura Municipal vem ao encontro do tema
111 da zona de amortecimento, uma vez que essa zona engloba as áreas de proteção dos
112 mananciais. É essencial proteger tanto a zona de amortecimento quanto às áreas de proteção
113 dos mananciais. O conselheiro, que participou da reunião no Instituto Florestal, na qual
114 discutiu-se sobre a zona de amortecimento da Estação Ecológica de Assis, disse que deixou
115 claro ao Prefeito e vereadores presentes que há a necessidade de que as demandas sejam
116 avaliadas quando partem de uma minoria em detrimento da maioria, citando principalmente a
117 questão do manancial e da zona de amortecimento. O próximo inscrito conselheiro José
118 André questionou o andamento do processo do cemitério municipal e a Sr^a Presidente
119 solicitou ao conselheiro e advogado Jesualdo um posicionamento e o mesmo através de e-mail
120 informou-a que o Ministério instaurou uma portaria para apuração e está nisto ainda. O
121 conselheiro Bruno Moraes da Mota informou também que há uma equipe trabalhando no local
122 e José André dos Santos confirmou que presenciou os técnicos perfurando poços. Finalizada a
123 participação dos inscritos no Grande Expediente, a conselheira Vilma questionou uma posição
124 sobre o Jardim Santa Clara. A Sr^a Presidente informou que apesar da ausência do conselheiro
125 e advogado Jesualdo, ela havia solicitado o seu parecer e foi lido o e-mail da resposta do
126 conselheiro que dizia que em face da gravidade da situação, sua sugestão é o encaminhamento
127 de um relatório ao Ministério Público Estadual, a fim de que se instaure um inquérito civil e
128 responsabilize-se os envolvidos. O conselheiro José André disse que enquanto as mudanças
129 solicitadas pela equipe de vistoria do COMDEMA não forem efetuadas a obra não poderia ser
130 entregue. A Sr^a Presidente perguntou ao conselheiro Ramon se o grupo da vistoria ao Santa
131 Clara poderia realizar mais uma visita no local para confirmar as mudanças solicitadas e caso
132 as mesmas não tenham sido feitas, deverá se manter o relatório anterior. Assim ficou
133 agendada uma nova vistoria na próxima quinta-feira dia 17 de julho às 10h e a secretária
134 Andréia comprometeu-se a entrar em contato com os outros conselheiros do grupo que não
135 estavam presentes na reunião. O conselheiro José Carlos Molina Max sugeriu enviar uma
136 carta junto com o relatório da vistoria. E assim a Sra. Presidente solicitou a opinião dos
137 conselheiros que com o relatório finalizado pela equipe de conselheiros, seria encaminhado ao
138 Ministério Público Estadual, não obtendo nenhum parecer ao contrário. Posteriormente a Sr^a
139 Presidente solicitou que o conselheiro Fabiano Fontolan relatasse a sua fala na Câmara
140 Municipal na última sessão cujo assunto foi à deliberação do COMDEMA em relação à
141 expansão do perímetro urbano. Para o conselheiro a impressão que teve foi que os vereadores
142 querem maiores informações, no sentido de que o Conselho ao analisar, tenha maior respaldo
143 documental e de informações sobre todas as questões ambientais envolvidas numa expansão
144 desse tipo. E eles acreditam que as deliberações do COMDEMA devem ser pautadas em algo
145 mais concreto, com algum estudo, já que questionaram se a área pleiteada tem alguma
146 nascente, se houve um EIA- Estudo de Impacto Ambiental. Assim, toda vez que formos
147 analisar alguma situação como essa, acredito que seja providencial, oficiar à Secretaria
148 Municipal de Meio Ambiente para produção de relatório para subsidiar as decisões do
149 conselho. O conselheiro José Carlos Molina Max acredita que os vereadores tenham se
150 confundido com essa colocação, já que a deliberação contemplava apenas a expansão do

* 

151 perímetro urbano e em nenhum momento estava sendo deliberada a implantação de
152 loteamento. A proposta de loteamento seria outro passo e, nesse caso teríamos um projeto
153 detalhado para análise. O conselheiro Ricardo Augusto D. Kantack sugeriu que a partir da
154 aprovação de novos loteamentos o próprio loteador traga pronto ao COMDEMA o(s) possível
155 (is) impacto(s) que o empreendimento traria. A Sr^a Presidente perguntou ao conselheiro Bruno
156 Moraes da Mota se o mesmo poderia elaborar um relatório a respeito desse estudo, ele
157 confirmou que sim. O conselheiro José Ronaldo Piotto informou que a Câmara Municipal
158 devolverá o parecer a respeito da expansão do perímetro urbano, a Sra. Presidente então
159 enfatizou que assim que eles devolverem ela irá solicitar para a Prefeitura para que eles
160 possam subsidiar o Conselho com mais informações para as deliberações. Para o conselheiro
161 Melo é necessário criar um grupo de estudo para avaliar a proposta da expansão do perímetro
162 urbano. José Ronaldo Piotto informou que no COMDURB ele receberá o parecer de volta da
163 Câmara e posteriormente solicitará informações ao Executivo, visto que o Conselho não tem
164 condições de realizar um EIA- Estudo de Impacto Ambiental. Contemplando a pauta do dia, a
165 Sr^a Presidente deu início à questão do corte da árvore localizada entre as ruas Ângelo
166 Bertoncini e Nove de Julho e passou a palavra ao conselheiro Bruno Moraes da Mota. O
167 mesmo informou que o assunto é polêmico, pois a árvore está numa área de intenso acesso
168 público, além da fitossanidade e por isso trouxe a questão ao Conselho. Informou ainda que
169 enquanto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não tiver subsídios para este tipo de
170 decisão enviará os casos ao COMDEMA para que as soluções técnicas sejam contempladas
171 no Plano Municipal de Arborização Urbana. O conselheiro José Carlos Molina Max entende
172 que são inúmeros os problemas ambientais no município são inúmeros e acha incoerente que
173 a Secretaria Municipal do Meio Ambiente traga esses problemas para decisão do Conselho,
174 afirma que esta decisão é de caráter interno da Prefeitura. Para o conselheiro o viável seria
175 trazer as questões apenas para discussões e não para decisões. O conselheiro Ricardo Augusto
176 D. Kanthack enfatizou que o Conselho apóia as decisões da SMMA e o conselheiro Max
177 discordou. A respeito do corte da árvore em questão o conselheiro Cledir Mendes Soares
178 questionou a opinião e participação da sociedade civil, haja vista o problema que ocorreu com
179 uma das árvores da Escola Estadual Carlos Alberto de Oliveira. Para a conselheira Bruna A.
180 Américo dos Reis diz que é incoerente decidir-se pelo corte ou não da árvore sem qualquer
181 conhecimento técnico, já que a Secretaria Municipal Meio Ambiente possui técnicos
182 capacitados para tal. De acordo com o conselheiro Fernando Silva de Paula a árvore em
183 questão está infestada por cupins e os galhos estão caindo de forma que já chegaram a atingir
184 um automóvel cujo proprietário processou a proprietária do estabelecimento cuja árvore
185 encontra-se na calçada. Para Ricardo Augusto D. Kanthack o COMDEMA pode apoiar as
186 decisões da SMMA de acordo com as discussões prévias e assim o conselheiro aproveitou
187 para justificar suas ausências nas reuniões do Conselho haja vista o número reduzido de
188 pesquisadores na APTA. Sendo assim solicitou um apoio do Conselho para o fortalecimento
189 regional da entidade e assim conseguir participar frequentemente as reuniões. A seguir a Sr^a
190 Presidente informou que realizou um levantamento das ausências dos conselheiros sendo que
191 alguns nem justificam suas faltas. Para o conselheiro José Carlos da Silveira é necessário
192 substituir os faltantes que não justificam suas ausências e a Sr^a Presidente disse que em alguns
193 órgãos eles dizem não há substitutos, e que não tem condições de irem às reuniões. O
194 conselheiro José Carlos Molina Max sugeriu enviar ofício para substituição dos conselheiros
195 às entidades faltantes. A Sr^a Presidente perguntou se todos concordavam com esse
196 procedimento e foi aprovado por unanimidade. O conselheiro Ricardo Augusto D. Kantack
197 sugeriu que fosse elaborada uma correspondência padrão. Após essa decisão o arquiteto
198 Bruno Spinardi Silva, convidado do conselheiro Ricardo Augusto Spinardi Bueno passou a
199 apresentar seu trabalho de conclusão de curso a respeito de planejamento urbano do município
200 de Assis. Ao término da apresentação o conselheiro Melo parabenizou o arquiteto e a Sr^a



201 Presidente sugeriu que o mesmo apresentasse seu trabalho no COMDURB. O conselheiro
202 Antônio Carlos Galvão Melo perguntou a Ricardo Augusto Spinardi Bueno se o Plano Diretor
203 já venceu e sugeriu que haja uma discussão a respeito de modo a envolver quem tiver
204 interesse. Por fim, decidiu-se formar um grupo para discutir esse assunto e planejar em debate
205 sendo os participantes Rosângela Cavallini da Silva, Antonio Carlos Galvão Melo, Ricardo
206 Augusto Spinardi Bueno, Bruno, Fernando, Cledir Mendes Soares, Clodoaldo de Almeida,
207 Bruna, Fabiano Fontolan, Solange Bongiovanni e José Ronaldo Piotto e o coordenador do
208 grupo será Ricardo Augusto Spinardi Bueno. 6. Considerações Finais e Encerramento da
209 Reunião: Nada mais havendo a tratar, às 16:24h a Sra. Presidente Rosângela Cavallini da
210 Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião da qual eu, Andréia Lúcia
211 Cabelo Miras, que a secretariei, lavrei a presente ata, que vai ser assinada por mim pela
212 senhora presidente.
213

214 
215 Andréia Lúcia Cabelo Miras

216 Secretária

217


Rosângela Cavallini da Silva
Presidente